



## PRÁTICAS REPRESSIVAS TRANSNACIONAIS DA POLÍCIA POLÍTICA BRASILEIRA E NORTE AMERICANA CONTRA INDIVÍDUOS DE ORIGEM GERMÂNICA: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.4183

Márcio José Pereira, UNESPAR

### Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a partir da perspectiva da história comparada e transnacional, as práticas repressivas da polícia política nos Estados Unidos e no Brasil entre 1942 e 1945. A eclosão de um conflito bélico mundial colocou o Brasil diante da difícil escolha entre apoiar a ascensão de Hitler na Europa ou combatê-lo juntando forças com os Aliados e consequentemente aceitando ajuda financeira e militar norte americana. Consideramos comparar a atuação da polícia política norte americana [Federal Bureau of Investigation] e da polícia política brasileira [DOPS/DEOPS] frente aos indivíduos de origem germânica durante a Segunda Guerra Mundial [1939 -1945], bem como, investigar se através da política ostensiva do Departamento de Estado dos Estados Unidos [DoS], por meio da Política da Boa Vizinhança, coordenada pelo então Secretário de Estado Cordell Hull, foram fornecidas táticas, condutas e práticas da polícia política norte americana ao Brasil e como esses procedimentos foram acordados ou conduzidos. A priori desejamos levantar dados a partir das pesquisas já publicadas, buscando alicerçar um pequeno ‘estado da arte’ sobre as aproximações da prática repressiva realizada por ambas agências em suas particularidades. Alicerçados pelos conceitos de violência política, redes de interdependência, politização da vida social e nos estudos vinculados as afetividades políticas, procuraremos entender como essas condutas repressivas se fundamentaram em ambos países e quais práticas foram introjetadas na polícia política nacional, a fim de gestar o medo e manter a sociedade brasileira alinhada à política estadonovistas de Getúlio Vargas, entre 1937 e 1945.

### Palavras Chave:

Repressão; polícia política; Estados Unidos; Brasil.

O governo Vargas flertava abertamente com Alemanha e com os Estados Unidos, buscando receber recursos econômicos e apoio militar para dar andamento ao projeto de industrialização e nacionalização, disseminados a partir do Estado Novo. Uma parte do Exército Brasileiro se mostrava confessadamente germanófila e apontava para um alinhamento com a Alemanha, tendo como combatente o Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, um defensor ferrenho da participação norte americana, não só na economia, mas na sociedade, na cultura e na conduta militar brasileira. Esse apoio de Aranha, foi fundamental para que os Estados Unidos encontrassem formas adequadas de conquistar a opinião de setores preciosos da política de Vargas e oportunamente disseminar o que conhecemos como ‘política de boa vizinhança’ no Brasil.

Sabemos que a comunidade alemã que residia no Brasil desde o início do século XIX era forte, estruturada economicamente e sedimentada sob um ‘caráter’ ilibado e tipicamente laborioso. Representação esta, construída ao longo do XIX e parte do XX, quando passaram a serem contestados abertamente por diversos segmentos da intelectualidade brasileira, por manterem entre si práticas endogâmicas, manterem-se enquistados em comunidades fechadas e oportunizarem apenas à alemães ou descendentes, determinados acessos a situações comerciais e industriais, que eram supostamente negadas aos brasileiros.

Essa desconfiança relacionada aos indivíduos de origem germânica se agravou durante o período da Primeira Guerra Mundial, principalmente após as

ações de submarinos alemães na costa atlântica brasileira, afundando navios cargueiros com produtos que abasteceriam os Estados Unidos, que havia entrado na guerra contra a Alemanha, quando a mesma se encaminhava para um final. Esses afundamentos foram amplamente noticiados e em diversas cidades do Brasil se organizaram *meetings* para protestar contra os alemães e suas ações de guerra contra o Brasil.

Após o final da Grande Guerra, as punições severas que foram impingidas no Tratado de Versalhes, fortaleceram um movimento de suspeição sob a Alemanha e suas comunidades em todo o mundo. Essa suspeição não só consolidou um pensamento acerca da problemática da imigração germânica no Brasil e em toda América Latina, como estruturou redes coordenadas da inteligência norte americana, que passaram a monitorar sujeitos alemães em todo território americano buscando evidências de um grande plano subversivo contra as “frágeis” democracias do Cone Sul.

Essa preocupação estado-unidense frente a fragilidade latino-americana, ganha uma nova perspectiva com a ascensão de regimes ditatoriais na Europa. A administração democrata de Roosevelt, buscou orientar, de acordo com Seitenfus (2003, p. 53-54), uma grande ação internacional de contenção as práticas comerciais protecionistas da Alemanha e desarticulação da máquina de propaganda nazifascista, uma vez que, entendia que o liberalismo econômico e a democracia política do mundo ocidental corriam perigo eminente.<sup>1</sup>

Washington se depara como duas frentes arriscadas, a perda de controle do continente americano a partir

---

<sup>1</sup> Os EUA não estavam somente preocupados com a dureza dos regimes fascistas que eclodiam na Europa, mas na consolidação do modelo soviético russo enquanto programa de governo ‘tipo exportação’. A crise das democracias liberais será um tema muito explorado pela historiografia

para explicar a ascensão e a consolidação de regimes autocráticos no período pré Segunda Guerra Mundial. Ver. REMOND, Rene. A crise das democracias liberais. In: O século XX de 1914 aos nossos dias. Trad. Octavio Mendes Cajado. 1ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2015.

de ‘ingerências’ estrangeiras e um confronto desnecessário contra estados ‘democráticos’ na América Latina, uma vez que, a Argentina é a primeira a se opor publicamente a qualquer medida coercitiva impetrada pelos EUA em relação aos seus cidadãos, sejam eles de origem germânica ou não. O período de 1933 a 1937, é de uma fragilidade política visível, principalmente no que tange a não solidificação de um programa pan-americanista. Essa situação se tornará ainda mais conturbada, quando em 1937, Vargas com apoio dos militares e de setores conservadores da política nacional, cria uma Nova Constituição, empresta de Salazar o nome de batismo e instaura o Estado Novo no Brasil.

Logo após o golpe, deflagra-se uma campanha de promoção do novo regime por meio da imprensa e organizam-se manifestações públicas que invocam uma falsa, mas bem-vinda, legitimidade popular. (SEITENFUS, 2003, p. 78)

Decretos-leis seguem dando condições de governo a Vargas, partidos políticos são proibidos em toda nação, desarticulando todos os movimentos políticos, inclusive os integralistas; medidas intervencionistas são executadas também nas esferas estaduais da política através da nomeação de interventores fiéis e ligados à Vargas, o Parlamento desaparece e toda ação sindical passa a ser controlada de perto pelo Estado.

Nesse contexto, Cordell Hull, Secretário de Estado, interroga por diversas vezes o seu imediato no Brasil, Jefferson Caffery, sobre qual a conduta brasileira frente aos EUA, uma vez que alguns membros do governo getulista, como Francisco Campos, insistem em informar que o Brasil deverá compor as listas dos países corporativos e fascistas. Somente em 1938, com a efetivação de Osvaldo Aranha, no cargo de Ministro das Relações Exteriores, que uma situação mais estável se consolidou entre

Washington e o Rio de Janeiro. Mesmo tendo certeza do caráter fascista do regime de Vargas, os EUA empreenderão a partir da figura pessoal de Osvaldo Aranha, medidas para contrabalancear as simpatias pró-Eixo, existentes no âmago do governo brasileiro.

O Projeto de Nacionalização que seria promulgado pelo Estado Novo, também colocaria as comunidades estrangeiras, principalmente as de origem germânica sobre forte pressão, uma vez que, a primeira meta do governo era nacionalizar todas as escolas estrangeiras, dar vazão ao idioma pátrio e consolidar um capital comercial/industrial que ficasse sob o controle brasileiro e não alemão. Sobre o pretexto de tornar o país “o grande Brasil brasileiro”, as comunidades consideradas ‘não assimiláveis’ foram colocadas sob um regime de suspeição, vigilância e controle por parte da polícia política, cujo foco principal era manter ex-comunistas, ex-integralistas e ex-filiados do Partido Nazista, sob uma custódia afetiva do medo e do declínio moral.

### **A polícia política em perspectiva transnacional**

“Polícia é doravante definida como esse setor da organização social que se interessa, em primeira instância, pela manutenção da boa ordem, ou pela prevenção ou detecção das infrações penais” (MONET, 2002). Logo, estudar os meios de ação da polícia nas estâncias do social e do político pode constituir campo amplo de oportunidades para o historiador entender não só a formulação institucional da mesma dentro dos regimes governamentais. Para Tucci Carneiro:

Cabe ao historiador organizar e interpretar os registros históricos desta ação tentando perceber os elementos pertinentes aos seus propósitos metodológicos. No entanto, não poderá deixar de considerar que tais registros são consequência de um aparato estatal

moderno composto por instituições judiciais, políticas, legais e penais que articuladas entre si, valiam-se da polícia para obter informações acerca da não-elite. (CARNEIRO, S/A, p.1)

Estudar a polícia política norte americana e brasileira em uma perspectiva comparada, justifica-se principalmente pela inconformidade de informações sobre a própria constituição da polícia política brasileira que atuando em setores estaduais, não apresenta uma uniformidade nas práticas coercitivas e no conjunto de condutas de ação, percebemos ao analisar a bibliografia nacional sobre os arquivos da repressão nas décadas de 1930 e 1940, que a documentação policial das extintas DOPS e DEOPS, precisam ser investigadas sob uma perspectiva de rede de interdependência, para por fim, asseverarmos se existe ou não um compromisso nacional que envolve o todo da polícia política varguista.

Temos em mente a ressalva teórica de Maria Lúcia Prado que

[...] é indiscutível que a história comparada provoca resistências entre a maioria dos historiadores. Para entendê-las, é preciso voltar à própria construção do campo da História no século XIX. Marcavam-se as fronteiras desse saber, enfatizando-se a busca da verdade objetiva baseada nas fontes documentais e a singularidade dos fatos históricos. Desse modo, os acontecimentos eram vistos como únicos, não se ajustando a generalizações ou modelos elaborados a partir de variáveis constantes. Teorizações provenientes da análise de vários casos deveria ser a tarefa de outras ciências sociais, como a sociologia, a antropologia ou a ciência política. A questão que se esconde por trás dessas manifestações vincula-se à idéia da pouca eficácia, ou mesmo, da inadequação da comparação para a compreensão do processo

histórico. Nesse sentido, o historiador em seu ofício deve valorizar os dados empíricos (suas fontes) que configuram as singularidades históricas. (grifo nosso) (PRADO, 2005, p. 13)

Para contornar essas negativas, entendemos que a história não se repete precisamente, e cada evento é, evidentemente, único; mas as forças históricas certamente podem se mover em trajetórias paralelas num mesmo tempo ou em diferentes temporalidades, logo, comparar de tais paralelos pode revelar simetrias e/ou assimetrias de valor histórico considerável.

O ineditismo da abordagem encontra-se não só em buscar o recurso da História Política Comparada, mas sim buscar nessa comparação vislumbrar práticas transnacionais nesses processos históricos. Consideramos o tema da história transnacional ainda como novidade no campo dos estudos do político, mas nas afetividades e no campo dos processos sociais, Elias já chamava atenção dos pesquisadores das ciências sociais, para não se limitarem as fronteiras e buscarem uma fuga das dicotomias, buscando enfatizar exatamente as práticas que transcendem esse ‘cruzamento de ideias’.

Não estamos preocupados em apresentar apenas como cada polícia política, em um recorte temporal específico trabalhava, mas “romper com essa que sempre foi uma das fronteiras mais vigiadas do mundo historiográfico, ou seja, o nacional” (BERTONHA, 2008, p. 166). Ao buscar encontrar traços históricos que permitam identificar se existem trocas ou influência nas práticas e condutas da polícia política nacional, a partir de uma aproximação com os Estados Unidos, nos posicionamos em defesa do que Bertonha define como proposta das pesquisas com ênfase na história transnacional:

Ela propõe que alguns processos históricos superam as fronteiras

nacionais a tal ponto que nem a história comparativa teria condições de analisá-los a contento. A história transnacional resolveria esse problema, pois não se limitaria a examinar os processos históricos através das fronteiras, mas verdadeiramente as ignoraria. Não no sentido literal (pois ela concorda que as especificidades devem ser analisadas par a compreensão global), mas no epistemológico o grau da escala sairia do micro e abandonaria de vez o macronacional, indo para um macro ainda maior, o globo. (BERTONHA, 2008, p. 166-167)

Para a historiadora britânica Patrícia Clavin (2005), uma relação transnacional se configura pelas trocas, contatos e choques entre pelo menos um dos membros, sendo uma organização não-governamental e um encontro que se estende por países diferentes. Essa definição não exclui que pelo menos um dos atores possa ser uma agência governamental, mas tira desse o direito e exclusivo controle sobre a interação. Nessa perspectiva, os estudos transnacionais não analisam apenas como as relações das comunidades transnacionais foram criadas, mas também como elas são sustentadas e mudam; a História Transnacional oferece mais uma nova perspectiva de pesquisa do que uma metodologia revolucionária.

Desejamos nesse projeto, olhar as variações de escala em história, uma vez que entendemos, tal qual, Paul Ricoeur (2000, p. 267), que: “Em cada escala vemos coisas que não se veem em outra escala, e cada escala tem sua própria regra”. Não estamos aqui, buscando estabelecer nenhuma superioridade epistemológica, mas uma ‘elegância historiográfica’ descrita por Chartier,

A união indissociável do global e do local levou alguns a propor a noção de “glocal”, que designa com correção, se não com elegância, os processos pelos quais são apropriadas as referências

partilhadas, os modelos impostos, os textos e os bens que circulam mundialmente, para fazer sentido em um tempo e em um lugar concreto. (CHARTIER, 2010, p.57)

Se compararmos em uma perspectiva temporal, no mesmo Brasil, a partir da década de 1960, encontraremos uma rede policial mais estruturada e com propósitos que aparentavam um conjunto de medidas nacionais. A regionalização da polícia política na década de 1930 e as mudanças constantes de ‘inimigo comum’, não nos permite análises homogêneas, um exemplo simples é perceber que no caso dos imigrantes considerados subversivos, o Paraná deu maior atenção aos alemães, enquanto São Paulo, aparentou preocupação relevante frente aos imigrantes nipônicos.

Esse desejo de dar maior amplitude a documentação da polícia política brasileira, ainda se justifica pelo fato de que:

Trabalhar com os arquivos da polícia política significa avaliar uma das mais importantes instituições do mundo moderno que, enquanto braço repressor do Estado, tinha como função o controle do indivíduo. Com a parcial abertura dos arquivos da polícia política brasileira (DOPS – Departamento de Ordem Política e Social), os pesquisadores têm a oportunidade de avaliar não apenas o mundo da repressão, como também, de reconstituir o mundo fantástico da resistência que, felizmente, não se calou durante os momentos de autoritarismo. (CARNEIRO, S/A, p. 1)

As atitudes repressivas da polícia, através da atuação dos agentes, da instalação de um clima de suspeição cotidiano, e conseqüentemente de uma possível prisão, acabaram por gerar diretrizes de comportamento impondo aos cidadãos o autocontrole e a autocensura. Entendemos que essas

práticas estão permeadas de aspectos que passam pelo controle das emoções e por uma política de administração do medo, da vergonha e do ódio.

Aqueles que se posicionavam contrários, acionavam automaticamente um discurso estereotipado e carregado de estigmas que, propagado pelos veículos de comunicação, contribuíam para fortalecer o discurso negativo edificado contra alguns grupos tradicionalmente excluídos, como comunistas, integralistas, ex-filiados do Partido Nazista, imigrantes com ideias exóticas [japoneses, italianos e alemães]. Foi neste conjunto que a polícia política assumiu importante papel junto à dinâmica instituída pelo processo de domesticação das massas, a partir da ampla utilização da violência política.

A lógica da desconfiança adotada pelos órgãos de segurança prestava-se para justificar os atos de violência, tortura e violação dos direitos do cidadão. Preocupadas em definir e comprovar o crime político, as autoridades da repressão procuravam manter sob vigilância a população brasileira, instaurando uma verdadeira geopolítica do controle. Em decorrência deste cotidiano de opressão e medo, os mais diferentes segmentos sociais foram vigiados e julgados como subversivos da ordem. (CARNEIRO, S/A, p.4)

É ainda demasiado precoce tentar entender se a ação repressiva realizada pela polícia política era apenas um desdobramento do projeto nacionalista de Vargas, se partia do princípio de suspeição, comum entre países que estiveram em lados opostos durante a Segunda Guerra Mundial ou, se havia indícios da existência de um processo de negação desse elemento alemão (enquadrado na dualidade estabelecidos/outsideers), através de sentimentos reativos como o ressentimento. Mais precoce, seria tentar atribuir definições de transnacionalidade

para essas práticas policiais sem ter alcançado um maior acervo de dados.

### Considerações finais

Trabalhar com os arquivos da polícia política proporciona um entendimento amplo não só do *modus operandi* da instituição, mas também a percepção do desdobramento dessas ações policiais e da aplicação das normas e leis no cotidiano. A partir da leitura das pastas individuais procuramos entender o *métier* policial, o funcionamento das vigilâncias, a ação das diligências e o processamento documental a partir dos depoimentos e dos autos realizados.

Nesses conjuntos documentais são expostas as trocas de documentação e informação entre diferentes órgãos, fator que permite ao historiador um contato maior com esferas distintas do mecanismo repressivo; dados de diferentes localidades, de secretárias subordinadas a gabinetes governamentais e documentação sigilosa também fazem parte dessas pastas. Para além das trocas, esse tipo de material possibilita o mapeamento das conexões e redes de auxílio mútuo entre diversas camadas da hierarquia, bem como, o acesso a documentos que necessariamente não estariam à disposição do pesquisador se fossem arquivados separadamente.

A ampla documentação produzida pela polícia política brasileira constitui um promissor acervo para pesquisa em História. Não obstante, esse tipo de fonte necessita de uma adequada abordagem para que o historiador não cumpra um papel coadjuvante na análise, permitindo que a fonte ganhe contornos de verdade inalterável.

É preciso reiterar que a produção desses documentos ocorreu em um período da história do país, quando os direitos democráticos estavam provisoriamente suspensos, um momento em que afluía grande ‘convocação’, por assim dizer, para a pertença a brasilidade.

Logo, é pertinente que o historiador amplie os olhares para as subjetividades e para os sentimentos que afloraram em determinadas situações da história nacional, ainda busque, quais influências essas práticas policiais receberam ao longo do desdobramento do aparelhamento da polícia política brasileira.

Fazendo um balanço final, é indiscutível a constatação de que são poucos os estudos produzidos no Brasil que buscam comparar o Brasil aos demais países da América Latina. Acreditamos que tal comparação é rica em potencialidades e pode vir a contribuir para a reflexão sobre novos problemas e questões acerca do alinhamento brasileiro aos Aliados na Segunda Guerra Mundial e na aceitação dos EUA como principal fornecedor de elementos políticos e formas de conduta repressiva no auge do conflito bélico mundial. Acreditamos, ainda, que a escolha da história comparada não exclui a abordagem da história transnacional, articulando quais práticas e condutas se fizeram presentes não só sob a influência norte americana no Brasil, mas se alguma especificidade brasileira, fora aproveitada no modelo estadunidense.

## Referências

- BERTONHA, João Fábio. Parâmetros teóricos para uma história transnacional do fascismo no mundo da diáspora italiana. In: **Sobre a Direita: Estudos sobre o fascismo, o nazismo e o integralismo**. Maringá: EDUEM, 2008.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Os Arquivos da Polícia Política Brasileira**: Uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo. Acessado em [http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo\\_arquivos\\_policia\\_politica.pdf](http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf), às 13:44 do dia 02/05/2017.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- CLAVIN, Patricia. Defining Transnationalism. In: **Contemporary European History**, vol 14, n 04, pp.421-439, 2005.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização**, tradução brasileira de Ruy Jungmann, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, vol. 2, 1993.
- MONET, Jean-Claude. **Polícias e Sociedades na Europa**. Tradução Mary Amazonas Leite de Barros. 2. Ed. São Paulo. Editora Universidade de São Paulo. 2002.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. Repensando a História Comparada da América Latina. In: **Revista de História** 153 (2º - 2005), 11-33.
- SEITENFUS, Ricardo A. **O Brasil vai à Guerra: o processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Editora Manole 2003.